



Jane de Araújo/Agência Senado



Secretário de Energia de São Paulo, José Aníbal é recebido por José Sarney

## Secretários estaduais pedem mudança em MP que reduz tarifas de energia

Membros do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia, em reunião com José Sarney, manifestaram

preocupação com a perda de arrecadação do ICMS e pediram a ajuda do presidente do Senado na interlocução com o Executivo. **4**

# Congresso só pode influir no destino de 11% do Orçamento 2013

Mais de 88% dos R\$ 2,14 trilhões da União previstos para o ano que vem estão comprometidos com algum tipo de obrigação

**M**esmo a fatia de R\$ 249,4 bilhões — em tese com destino a ser definido pelos parlamentares — está comprometida com iniciativas como o Brasil sem Miséria, o Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Aceleração

do Crescimento.

A dívida da União e demais despesas financeiras ficam com 46,6% dos recursos. Nos investimentos, o governo indica a saúde como prioridade em 2013, com R\$ 79,3 bilhões (10,7% a mais que em 2012). **3**

## Inácio Arruda apoia as greves dos bancários e dos Correios

As greves dos bancários e dos Correios receberam apoio de Inácio Arruda na terça-feira. O senador fez um apelo ao governo federal para que se empenhe em atender o mais rápido possível as reivindicações, “modestas diante das necessidades e do importante trabalho que fazem essas duas categorias”. **3**



Wilson Dias/ABR

Funcionários dos Correios em greve protestam em frente à sede da empresa, em Brasília: senador apoia reivindicações

**Definidas comissões para analisar duas novas MPs** **3**

**CPI quer banco de dados com informações de sigilos quebrados** **4**

## Senado recebe primeiras redações do concurso; prazo termina amanhã **2**

Ana Volpe/Agência Senado



Edna Carvalho e Doris Peixoto, do Senado, e Mônica Padilha Fonseca, do Ibram, compõem a mesa de seminário no Interlegis sobre a função social dos museus

**Evento mostra que museu também leva a mudança social**

Em seminário no Interlegis, a especialista Mônica Padilha Fonseca, do Instituto Brasileiro de Museus, afirmou que, como locais de pesquisa, preservação e comunicação, os museus ajudam os brasileiros a afirmar a identidade nacional e valorizar a diversidade cultural: “São uma grande ferramenta de transformação social”. **2**

Três redações foram entregues ontem no Senado pelo coordenador do Programa Jovem Senador em Pernambuco. Secretarias de Educação têm até amanhã para enviar textos que representarão seus estados

## Concurso de Redação recebe primeiros textos

O SENADO RECEBEU na terça-feira os primeiros textos finalistas da quinta edição do concurso de redação promovido pela Casa. As três redações mais bem classificadas em Pernambuco foram entregues pelo coordenador do Programa Jovem Senador no estado, Antônio Carlos Mendes, ao secretário-geral-adjunto da Mesa, João Pedro Caetano. As Secretarias de Educação têm até amanhã para enviar as redações que representarão os estados. O envio pode ser feito pelos Correios.

Mendes elogiou a iniciativa do Senado, ressaltando a importância da conscientização política dos jovens. Para ele, a ação contribui para despertar “a ideologia, o acreditar”, e mostra aos estudantes o lado da “política verdadeira, a política do fazer”.

O pernambucano citou o exemplo de Samira Paulino, jovem senadora por Pernambuco em 2011, que teve sua ideia transformada em projeto (PLS 261/12) com tramitação real na Casa. Depois de participar do programa em Brasília, Samira passou a conduzir ações relacionadas a educação



Antônio Carlos Mendes (C) faz a entrega das redações finalistas de Pernambuco

em Recife e compartilha a experiência com outros jovens.

O coordenador também destacou a organização do evento. Ele disse que a coordenação em Pernambuco é feita pelo Programa Jovens Pernambucanos, do governo estadual, com a participação dos próprios estudantes.

O núcleo conta com dez estudantes. Além de um jovem senador, é composto por quatro jovens parlamentares (concurso da Câmara), três jovens embaixadores do turismo (Secretaria de Turismo de Pernambuco) e dois jovens embaixadores (Embaixada dos Estados Unidos).

Com o tema “Meu município, meu Brasil” em 2012, o Concurso de Redação do Senado integra o Programa Senado Jovem. Participam alunos do 2º e do 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, com 16 a 19 anos.

As inscrições encerraram-se em agosto e os resultados serão divulgados até 15 de outubro. Os 27 finalistas no Concurso de Redação, um por unidade da Federação, são selecionados para o Projeto Jovem Senador, em novembro, no Senado, em Brasília. Durante três dias, eles exercem mandato fictício de senador.

## Rolleberg revela preocupação com cursos d'água no Distrito Federal

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), em discurso na terça-feira, se disse preocupado com os cursos d'água no Distrito Federal. Segundo o senador, o número de notificações sobre problemas registrados pela Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb) subiu de 1,5 mil em 2010 para 6 mil em 2011. Em 2012, já são 3,5 mil.

— Obviamente esta evolução pode indicar, por um lado, que a fiscalização está maior, mas, por outro lado, mostra a gravidade do problema, o preocupante cenário da situação das águas

aqui — disse.

Entre os problemas, Rolleberg citou despejo de esgoto, poluição por agrotóxicos, óleo e combustíveis, e assoreamento causado pela expansão urbana descontrolada.

O acúmulo de resíduos no Lago Paranoá, segundo o senador, já causou a perda de 15% do volume de água.

— Isso pode gerar uma perda enorme de recursos investidos no processo de despoluição do lago. É preciso controlar a poluição e o assoreamento na Bacia do Rio Paranaíba e em outras



Senador diz que Lago Paranoá já perdeu 15% do volume total

bacias do Distrito Federal.

Rolleberg defendeu um plano de desenvolvimento territorial que preserve as águas. Além da fiscalização por parte do governo, o senador disse considerar essencial que a sociedade e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá se envolvam na questão.

## “Museus são ferramentas de transformação social”

Os museus são muito mais do que lugares de passeio. Segundo Mônica Padilha Fonseca, técnica em assuntos educacionais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), são locais de pesquisa, preservação e comunicação.

— Com essas vertentes, é possível [ao brasileiro] afirmar uma identidade nacional e valorizar sua diversidade cultural, o que é uma grande ferramenta de transformação social.

Mônica falou ontem no seminário *A Função Social dos Museus*, realizado no Interlegis, em Brasília.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e a diretora da Secretaria de Informação e Documentação, Edna Carvalho, disseram que a Casa está preocupada com a preservação das peças históricas e do patrimônio cultural da instituição.

De acordo com Edna, o Museu Histórico Senador Itamar Franco, do Senado, conta com um acervo valioso:

— Ele tem peças e móveis das duas antigas sedes do Senado, quando a Casa ainda funcionava no Rio de Janeiro — destaca.

Segundo Doris, um dos

maiores desafios do Senado é reconhecer a própria história e torná-la viva.

— A diretoria do Senado torce para que um dia o projeto de transformar o museu numa área maior não seja apenas um sonho coletivo, mas uma realidade.

Também falaram no seminário Deborah Silva Santos, professora do Departamento de Museologia da Universidade de Brasília (UnB), e Donizetti Ferreira Garcia, do Museu de Valores do Banco Central. Garcia falou sobre o Programa O Museu Vai à Escola Rural:

— Levamos o museu para as escolas distantes. Com isso, garantimos o acesso dos alunos das pequenas comunidades a essa vertente educacional ainda tão incipiente nas comunidades rurais.

O seminário foi realizado pela Diretoria-Geral do Senado, pela Secretaria de Informação e Documentação e pelo Museu Histórico Senador Itamar Franco e fez parte da 6ª *Primavera dos Museus*, de iniciativa do Ibram — mais de 800 museus e instituições culturais têm participação confirmada nessa temporada.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Discursos

14h A sessão de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Anibal Diniz

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Inácio Arruda apoia as greves dos bancários e dos empregados dos Correios

As greves dos bancários e empregados dos Correios receberam apoio de Inácio Arruda (PCdoB-CE), terça-feira. Para o senador, as reivindicações das duas categorias são modestas diante das necessidades e do importante trabalho que fazem em benefício do país.



Inácio: reivindicações são modestas diante da importância do trabalho

Os bancários, por exemplo, têm responsabilidade na implementação de programas governamentais de grande interesse social, como o Minha Casa, Minha Vida, segundo o senador. Ontem à noite os bancários fizeram assembleias com indicativo de fim da greve.

— É exatamente a Caixa Econômica Federal que concentra o maior número de operações do Minha Casa, Minha Vida. Sem o funcionamento da Caixa, nós paralisamos todas as obras do programa, porque não há liberação dos recursos dos financiamentos — afirmou.

Inácio apelou ao governo federal para que se empenhe em atender o mais rápido possível as reivindicações das duas categorias.

## Alvaro Dias defende valorização da Polícia Federal e ressalta o papel da instituição

As reivindicações dos policiais federais receberam ontem apoio de Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele defendeu a valorização da Polícia Federal, dizendo que a instituição tem papel essencial, principalmente diante de escândalos de corrupção que exigem investigação qualificada.



Alvaro lembra que a Polícia Federal tem elogios de governo e oposição

Alvaro informou que terça-feira, com apoio dos 27 sindicatos filiados, a Federação Nacional dos Policiais Federais aprovou a continuidade da greve, que já dura 51 dias.

O senador disse que as reivindicações da Polícia Federal vão além da questão remuneratória e passam pela valorização do perfil dos agentes, escrivães e papiloscopistas. Ele pediu que o governo seja sensível.

Segundo Alvaro, a maioria dos brasileiros aplaude a Polícia Federal. Ele lembrou algumas operações e destacou a Monte Carlo e a Vegas, que motivaram a CPI do Cachoeira.

— Por essas e tantas outras razões, devemos valorizar a Polícia Federal, que recebe elogios de governistas e de opositores — registrou.

## Tomás Correia quer autonomia dos estados para a criação de novos municípios

“No Brasil não se consegue mais criar municípios”, lamentou Tomás Correia (PMDB-RO) ontem. Ele lembrou que há 17 anos esse processo está emperrado. Desde 1996, com a aprovação da Emenda Constitucional

15/96, há critérios rigorosos, como estudo de viabilidade, realização de plebiscito e aprovação de lei complementar federal, o que não ocorreu.

O senador citou dois exemplos em Rondônia: Extrema, distrito de Porto Velho, na divisa com o Acre; e Tarilândia, que hoje pertence a Jaru.

— Vivemos numa Federação de fachada. O estado não tem autonomia para criar os seus próprios municípios.

O senador prometeu se esforçar para relatar na Comissão de Constituição e Justiça, mês que vem, projeto (PLS 197/11) de Ivo Cassol (PP-RO) que condiciona a criação, fusão, incorporação e o desdobramento de municípios à edição de lei estadual.



Tomás pretende relatar projeto que permite a estados criar municípios

# Obrigações consomem quase todo o Orçamento

Congresso tem pouca margem para mudanças no projeto enviado pelo governo, porque mais de 88% dos recursos para 2013 já estão comprometidos com transferências, educação e seguridade

### O projeto em análise

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO	
Orçamento fiscal + seguridade + investimento das estatais federais	R\$ 2,14 trilhões
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (NÃO OBRIGATÓRIAS)	
Congresso só pode influir nesta fatia, correspondente a 11,6% do total	R\$ 249,4 bilhões
PRIORIDADES DO GOVERNO FEDERAL	
Saúde	R\$ 79,3 bilhões
PAC e Minha Casa, Minha Vida	R\$ 52,2 bilhões
Educação	R\$ 38 bilhões
Brasil sem Miséria	R\$ 29,9 bilhões
Grandes eventos esportivos	R\$ 1,9 bilhão

## Saúde é prioridade para 2013, com verba quase 11% maior

Nos investimentos, o Executivo indicou a saúde como prioridade: R\$ 79,3 bilhões (10,7% a mais que em 2012). Em seguida, vêm o PAC e o Minha Casa, Minha Vida, com R\$ 52,2 bilhões (22,8% a mais). A educação deve receber R\$ 38 bilhões (14,4% a mais). O Brasil sem Miséria deverá ter R\$ 29,9 bilhões (crescimento de 16,3%). Para a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016), o Executivo prevê despesas de R\$ 1,9 bilhão.

A proposta projeta crescimento do PIB em 4,5% e inflação também em 4,5%. O PIB esperado para 2013 é de R\$ 4,97 trilhões. Esses dados já chegaram desatualizados ao Congresso: consultoria da Câmara dos Deputados mostra que o projeto subestima a inflação e superestima o crescimento real.

O Orçamento da União é elaborado pelo Poder Executivo com base no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O PPA define as prioridades por quatro anos e faz ligação com a Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a LDO estabelece metas e prioridades, orienta a

elaboração do Orçamento, dispõe sobre alteração na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências de fomento.

Com base na LDO, a Secretaria de Orçamento Federal elabora a proposta orçamentária para o ano seguinte, em conjunto com os ministérios e os Poderes Legislativo e Judiciário. O governo é obrigado a encaminhar o projeto de lei do Orçamento ao Congresso até 31 de agosto de cada ano.

No projeto da LOA, o governo detalha prioridades do PPA e metas daquele ano. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento, mas nem tudo nele previsto é executado pelo governo, que tem poder de contingenciar (bloquear) verbas e programas.

No Congresso, deputados e senadores discutem a proposta na Comissão Mista de Orçamento, fazem as modificações necessárias e votam o projeto. A Constituição determina que o Orçamento deve ser votado até o fim de cada legislatura. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo presidente da República e transformado em lei.

### Salário mínimo

Pelo segundo ano, o Orçamento chegou ao Legislativo com o cálculo do salário mínimo já definido. A Lei 12.382/11, ao fixar o piso nacional daquele ano, estabeleceu uma política até 2015. Por essa regra, o valor do mínimo de 2013 resultará da aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2012 mais a taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) de 2011. Foi a aplicação desses índices — crescimento de 2,7% do PIB em 2011 e estimativa de 5% do INPC para 2012 — que resultou no valor de R\$ 670,95 (elevação de 7,9% sobre o atual valor de R\$ 622).

O Orçamento mostra que a dívida da União e demais despesas financeiras ainda ficam com quase a metade dos recursos — 46,6%, dos quais a maior parte (34,4%) se destina a amortização. Despesas com pessoal e encargos sociais representam 9,7% dos R\$ 2,14 trilhões, enquanto os benefícios de previdência e assistência correspondem a 19,7%.

## Novas comissões vão examinar duas MPs

O Congresso definiu a composição de duas comissões mistas que vão analisar medidas provisórias (MPs).

A primeira trata do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (MP 581/12). A segunda, da contribuição previdenciária de empresas (MP 582/12).

De acordo com a MP 581/12, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste terá como

operadoras instituições financeiras federais. São competências do fundo, segundo a MP, identificação e orientação para a preparação de projetos de investimento (a serem submetidos à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), fiscalização dos projetos e proposta para liberação de recursos para os projetos em implantação. Também autoriza a concessão

de até R\$ 13 bilhões à Caixa e de até R\$ 8,1 bilhões ao Banco do Brasil.

A MP 582/12 altera a incidência do PIS-Pasep e da Cofins sobre a receita decorrente da comercialização da laranja usada na produção de sucos destinados à exportação. Também instituiu o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (Reif).



Sarney (5º à esq.) recebe representantes de São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraná e Alagoas

## Secretários estaduais pedem mudanças na MP da Energia

Representantes de fórum manifestaram preocupação com a perda de arrecadação de ICMS pelos estados devido à redução da tarifa e solicitaram a ajuda de Sarney na interlocução com o governo federal

REPRESENTANTES DO FÓRUM Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia (FNSE), em reunião com o presidente do Senado, José Sarney, colocaram-se à disposição do Congresso para a busca de texto de consenso entre estados e União sobre a Medida Provisória 579/12.

A MP trata da renovação antecipada das concessões do setor elétrico que venceriam a partir de 2015 e reduz também as tarifas de energia para residências, comércio e indústria.

A perda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estados com a redução da tarifa de energia é uma das preocupações dos secretários. Eles participaram segunda-feira, em São Paulo, de reunião para discutir os impactos da MP.

Segundo o secretário do

Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte, Benito Gama, a medida pode ser aperfeiçoada.

— Não há uma demanda específica. O interessante é que o custo Brasil seja reduzido. Isso todos estamos de acordo. Mas a forma de fazer isso é que temos que ter um pouco de cuidado para que todos saiam ganhando. Esse deve ser um jogo ganha-ganha e seguramente haveremos de chegar a um consenso — disse.

### Receptividade

Benito Gama disse que o presidente do Senado foi muito receptivo ao pleito dos secretários e ajudará nessa interlocução entre estados e governo federal.

A MP 579/12 autoriza, entre outras ações, a prorrogação dos contratos de geração, transmissão e distribuição de

energia hidrelétrica por até 30 anos e os de geração de energia termelétrica por até 20 anos.

Para isso, as concessionárias devem concordar em retirar, do preço da tarifa, a remuneração de investimentos já amortizados. Com a medida, o governo quer uma redução média de 16,2% na conta de luz das residências e de até 28% nas tarifas cobradas do setor produtivo. Antes de ser votada pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, a MP passará pela análise de uma comissão mista, a ser instalada.

Também participaram da reunião com o senador Sarney o secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, Julio Bueno; o secretário de Energia de São Paulo, José Aníbal; e representantes de Alagoas e do Espírito Santo.

## Incêndio em favela pode não ter sido passional, diz senador



A versão da polícia de crime passional para o incêndio recente ocorrido na Favela do Moinho, que matou uma pessoa e deixou 200 desabrigados, “não convence a todos”, disse Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo o senador, foram detectados três focos de incêndio na comunidade, distantes 50 metros um do outro.

Suplicy disse que, enquanto a administração municipal tenta desapropriar a área para outros fins, os moradores da favela buscam o direito de permanecer no local. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, informou Suplicy, o incêndio foi o 69º do ano. Entre 2005 e 2011, o corpo de bombeiros registrou 849 ocorrências em favelas da cidade.

Em menos de um mês, foram cinco incêndios de grandes proporções na capital paulista: em 3 de setembro, na Favela Sônia Ribeiro (Morro do Piolho); no dia 1º, na Vila Brasilândia (Zona Norte); em 28 de agosto, em São Miguel Paulista (Zona Leste); e menos de uma semana antes, na Vila Prudente (também na Zona Leste).

— Encareço ao prefeito Gilberto Kassab que prossiga na busca de soluções — pediu.

## Ana Amélia: União precisa indenizar pensionista do Aerus

Ana Amélia (PP-RS) cobrou da União o cumprimento das decisões judiciais favoráveis aos aposentados que contribuíram para o fundo de pensão Aerus, das antigas companhias aéreas Varig e Transbrasil. Ela criticou a Advocacia-Geral da União (AGU) por recorrer das sentenças.

— É lamentável que a Justiça tenha de tomar novas providências para que a União cumpra uma decisão judicial e indenize os quase 10 mil aposentados e pensionistas que têm direito a receber pelas contribuições que fizeram.

Ana Amélia informou que o juiz Jamil de Jesus Oliveira, da 14ª Vara Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aumentou a multa diária de R\$ 60 mil para R\$ 200 mil para cada dia que a União não cumprir a decisão judicial.

Assim, a União tem agora 15 dias para pagar as indenizações devidas a esses ex-funcionários da Varig e da Transbrasil. O juiz determinou ainda, segundo a senadora, que qualquer quantia dos R\$ 400 milhões que o Grupo OK, do senador cassado Luiz Estevão, devolverá aos cofres da União seja usada para quitar as indenizações dos aposentados e pensionistas do Aerus.



## Para Viana, imprensa tenta influenciar STF no mensalão

Jorge Viana (PT-AC) defendeu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e acusou “setores da imprensa” de interferir no julgamento do mensalão, no Supremo Tribunal Federal (STF).

— É inaceitável a manipulação de alguns setores da imprensa às vésperas de uma eleição [municipal], envoltos numa atitude de querer interferir, interceder no julgamento que está sob a responsabilidade da mais alta Corte de Justiça do país — afirmou, acrescentando que “parte da elite brasileira nunca aceitou que o país tivesse sido governado por um metalúrgico nordestino”.

Viana também criticou os senadores de oposição por pressionar pelo adiamento da sabatina do jurista Teori Zavascki, indicado para ministro do Supremo. Para ele, os oposicionistas estariam agindo de acordo com os “interesse de setores da imprensa”.

Segundo Jorge Viana, a mídia quer “estabelecer a



Jorge Viana: “Setores da imprensa manipulam às vésperas da eleição”

composição do Supremo, o calendário de trabalho do Supremo e o conteúdo dos votos no Supremo”.

Ele disse ainda que o legado deixado por Lula na passagem pela Presidência da República — inclusão social, combate à pobreza e respeito do mercado internacional —, aliado à história de vida dele, é suficiente para fazer com que o ex-presidente seja respeitado.

Além disso, continuou o senador, haveria um esforço, intensificado às vésperas das eleições, para associar o mensalão ao PT, quando, segundo ele, a prática foi implantada e institucionalizada nacionalmente pelo PSDB e pelo PFL (atual DEM).

## CPI: banco de dados com a quebra de sigilos telefônicos

O relator da CPI do Cachoeira, deputado Odair Cunha (PT-MG), reuniu-se ontem com o presidente da Anatel, João Rezende, e com representantes das empresas de telefonia para negociar a criação de um banco de dados obtidos pela quebra de sigilos telefônicos.

Segundo o relator, as informações são importantes para que a CPI identifique a rede de contatos do principal investigado, Carlinhos Cachoeira. Cunha espera que o novo sistema esteja disponível nos próximos 15 dias.

— Queremos criar um sistema que vincule, por exemplo, o CPF do investigado, a data

da ligação telefônica, o nome da pessoa que recebe e da pessoa que faz a chamada e os telefones de origem e destino. Queremos produzir um sistema de banco de dados que seja único em todas as companhias telefônicas — explicou.

Dos 88 pedidos de quebra de sigilo encaminhados pela CPI às operadoras, apenas 18 resultaram no envio de dados completos. Os outros 70 estão incompletos e apresentam formatos diferentes, o que dificulta a análise. A CPI do Cachoeira retomará os trabalhos na segunda semana de outubro.

(Com Agência Câmara)

## Suplicy elogia discurso feito por Dilma na ONU

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o discurso feito pela presidente Dilma Rousseff na abertura da 67ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, nos Estados Unidos.

O senador leu o discurso na íntegra e destacou que Dilma condenou a violência na Síria — que já se arrasta há um ano —, defendeu a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), apelou aos Estados Unidos pelo fim do

embargo econômico a Cuba, apoiou o reconhecimento do Estado Palestino e criticou os países desenvolvidos por lançarem mão de política monetária que prejudica os países em desenvolvimento, entre outros pontos.

Além disso, acrescentou o senador, a presidente ressaltou os resultados positivos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em junho na cidade do Rio de Janeiro.